

COMITESINOS

2.^a Reunião Ordinária/07

09 de Agosto de 2007

Local: Sala de Seminários II – Biblioteca/UNISINOS – São Leopoldo/RS

Horário: 14h – 16h30min

Pontos de Pauta:

1. Audiências com Secretário Adjunto da SEMA – a) Plano de Bacia, b) Portaria 095/06 FEPAM;
2. Audiência Pública – Comissão da Assembléia Legislativa ; 3. COMITESINOS e CONSINOS – diretrizes para a consulta popular; 4. Implementação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos – Planejamento da Região Hidrográfica do Guaíba – Plano e Agência; 5. Audiência com Prefeito Municipal de São Leopoldo – recursos federais;

Entidades Presentes

Grupos e Categorias presentes: Grupo I – Usuários da Água – Abastecimento: COMUSA e CORSAN; Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos: SEMAE, PM de Santo Antônio da Patrulha, COMUSA e PM de São Leopoldo; Drenagem Urbana: SEMAE; Produção Rural: ausente; Indústria: AIC SUL e SINPASUL; Geração de Energia: CEEE; Lazer e Turismo: Fundação Zoobotânica – Parque Zôo e Instituto Martin Pescador; Mineração: Associação dos Extratores Minerais. Com. e Garim. Dos Vales dos Sinos e Paranhana; Grupo II – Representantes da População – Legislativos Municipais: CM de São Leopoldo e CM de Santo Antônio da Patrulha; Associações Comunitárias: AC do Rio dos Sinos; Clubes de Serviço: Lions Sapucaia do Sul Figueira e Lions São Leopoldo Imigrantes; Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão: UNISINOS e FEEVALE; ONG's Ambientalistas: Núcleo Sócio-Ambiental Araçá-Piranga; Associações Profissionais: ABES/RS; Organizações Sindicais: SINPROCAN; III Grupo: Representação do Governo do Estado: Secretaria da Saúde, Secretaria de Energia, Minas e Comunicação; Órgãos do Sistema: ausente; Integrantes da CPA: METROPLAN; Demais Convidados: SMOP Canoas, Gab. Vereador Airton Souza, ECOSSIS, ABAS, Sec. Meio Ambinete de Esteio.

001

ATA N° 02/07- Reunião ORDINÁRIA

002

003 No dia 09 de agosto do ano 2007, o plenário do COMITESINOS reuniu-se às 14horas, na
004 Sala de Seminários II – Biblioteca da UNISINOS – São Leopoldo/RS, para a realização da
005 segunda reunião ordinária, no ano de 2007. Ao abrir oficialmente os trabalhos o Presidente
006 Pe. Aloysio Bohnen dá as boas vindas aos participantes. Ao refletir sobre os fatos do
007 momento, considera que o ideal que construímos no nosso imaginário, que é a histórico, e
008 portanto pode ser perfeito, nos leva a esquecer das raízes que são o passado. Hoje, com o
009 aumento demográfico e com o rápido avanço tecnológico, deparamo-nos com necessidades
010 que antes não existiam e que devem ser debeladas. Na área da saúde, por exemplo, temos
011 carência de hospitais, profissionais. Estamos vivendo no mundo dos descartáveis. Há 40, 50
012 anos atrás não havia tecido sintético, o que representava a necessidade de conservar por
013 mais tempo as roupas, remendando-as. E, quando não cabiam mais remendos, serviam para
014 limpar a casa. Hoje, descartamos o que não mais nos serve, não mais nos agrada. Os
015 relojoeiros, os sapateiros estão desaparecendo. Tudo é descartável, aparelhos domésticos, o
016 automóvel, até o ser humano. Atualmente, se matam pessoas pelos menores motivos. Neste
017 contexto histórico, e nós somos como que despertados a olhar essa realidade, precisamos
018 construir juntos, nos juntarmos para encontrar as melhores soluções. O impacto da
019 mortandade, a queda do avião da TAM, a guerra do Iraque, são notícias que se fica ao par
020 na hora, enxergamos dentro de casa, diretamente. Omitimos opinião sobre todos estes fatos,
021 mas não nos envolvemos suficientemente para encontrar as soluções. O Presidente acredita
022 que o trabalho comunitário, cuja origem da palavra vem de “munos”, que quer dizer
023 comunidade – aquele que tem responsabilidade -, é a forma possível de encontrarmos
024 soluções. O COMITESINOS reflete este espírito de envolver as lideranças mais expressivas
025 da sociedade, os representantes dos setores que têm interesses e desenvolvem estudos para

026 preservar o meio ambiente. E, no entanto, somos eventualmente informados sobre atitudes
027 contrárias à proteção das águas. Relata que se impressionou muito quando, em um evento
028 sobre os sistemas de esgotamento sanitário, técnicos informaram que os cidadãos se
029 negavam a ligar o esgoto na rede coletora. Embora o tratamento de esgoto seja mais caro do
030 que o abastecimento, o ganho aparece quando se leva menos dinheiro para as farmácias. É
031 esta consciência coletiva, ao que chamamos de senso de cidadania, que deve ser
032 conquistada para que surjam as soluções efetivas. Aqueles que não estão dispostos a
033 cooperar, não podemos ignorar, porque talvez eles mesmos estejam sujeitos à ignorância.
034 Feita a reflexão, Pe. Aloysio dá seguimento aos trabalhos, abrindo espaço para que Vanessa
035 Ioris, jornalista da TV Unisinos, divulgue e convide os presentes à participarem da platéia do
036 programa da TV Futura 'Sala de Notícias em Debate', que será gravado pela TV Unisinos
037 em 13/08/07, às 18h, no Saguão da Biblioteca da Unisinos. O tema do programa será
038 recursos hídricos e terá como debatedores: Maurício Andrés Ribeiro, diretor da Agência
039 Nacional das Águas; Milena Boniolo, vencedora do Prêmio Jovem Cientista edição 2006;
040 Dr. Carlos Eduardo Tucci, professor da UFRGS; e Dr. Uwe Schulz, Biólogo, professor da
041 UNISINOS. A secretaria executiva do Comitesinos comprometeu-se a repassar os dados da
042 gravação do debate por e-mail. Em seguida, a Secretária Executiva relata sobre audiência
043 realizada com o Secretário Substituto da SEMA Dr. Francisco Simões Pires, membros da
044 CPA e da Diretoria do comitê, nos dias 10 e 30 de julho. Na primeira, a pauta foi a
045 viabilização do Plano de Bacia, tendo a UNISINOS como instituição proponente e de apoio
046 técnico. Na segunda, a Portaria 095/06 da FEPAM, que veta, a partir de julho/07, todo e
047 qualquer licenciamento de empreendimentos de médio ou grande potencial poluidor na área
048 da Bacia Sinos. Quanto ao Plano de Bacia, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
049 CRH/RS, aprovou o investimento de R\$ 300.000,00, em 2007 e R\$ 400.000,00, em 2008.
050 Agora depende da agilidade da Comissão Permanente de Assessoramento à Direção do
051 COMITESINOS – CPA, em formatar o Plano de Trabalho para elaboração do Plano de
052 Bacia. Com relação à Portaria 095/06 da FEPAM, Viviane ressalta que as ferramentas de
053 gestão, Enquadramento Legal das águas dos Sinos e o Plano de Bacia, são colocados como
054 fundamentais para a retomada dos licenciamentos. Sem critérios específicos, a portaria
055 proíbe 100% dos licenciamentos, incluindo aqueles para liberação de obras de tratamento de
056 esgoto doméstico, que auxiliarão na melhoria de qualidade das águas. Há o exemplo da
057 COMUSA que precisará licenciar previamente futuras obras para poder dar andamento no
058 seu projeto de saneamento municipal. Foi negociada a possibilidade de uma reedição da
059 portaria, com novos termos a serem estudados e propostos por um grupo de trabalho
060 formado pelos membros da CPA, da Diretoria do Comitesinos e uma técnica da FEPAM. O
061 primeiro encontro está marcado para dia 14/08, na Unisinos. Sobre os aspectos políticos das
062 audiências – atendimento imediato à solicitação de audiência pelo comitê; aceno positivo
063 sobre proposta de parceria (modelo MONALISA) para a elaboração do Plano de Bacia;
064 cobrança forte sobre a ação “tímida” dos comitês referente a necessária pressão ao Estado
065 para o cumprimento/avanço da implementação do Sistema; solicitação de agilidade para a
066 elaboração de proposta (plano de trabalho) para iniciar os tramites legais de repasse de
067 recursos. A possibilidade de reedição da Portaria da FEPAM, desde que o COMITESINOS
068 apresente elementos consistentes que demonstrem um cenário mais favorável ao do ano
069 passado, em relação às possibilidades de melhoria das condições quali-quantitativas das
070 águas da bacia hidrográfica. Da data da audiência com o Secretário Francisco até hoje, a
071 CPA do comitê avançou nas suas propostas, delegando um grupo de trabalho a elaboração
072 da primeira versão do Plano de Trabalho para a execução do Plano de Bacia, que será
073 apresentada na seqüência, e está preparando proposta para justificar a reedição da Portaria
074 FEPAM. A expectativa é a de que na próxima reunião plenária, os argumentos que
075 justifiquem a reedição sejam apresentados, para deliberação. Viviane considera que não
076 cabe ao comitê licenciar ou não um empreendimento, mas que é muito positivo que as

077 informações sobre os licenciamentos cheguem ao comitê, para que se dê visibilidade aos
078 processos. E é desta forma que se tem conduzido a questão. O COMITESINOS poderá dar
079 recomendações, mas não tem poder de veto ou liberação sobre o processo. A FEPAM deveria
080 ter uma relação mais estreita com os municípios que hoje licenciam empreendimentos, mas já
081 que isso não ocorre, o comitê de bacia poderá perfeitamente cumprir este papel. A Secretária
082 Executiva, atendendo à pauta, apresenta a situação atual de construção do Plano de
083 Trabalho para elaboração do Plano de Bacia. Explica que, com auxílio do Jurídico da
084 Unisinós, está sendo estudado o melhor instrumento jurídico, se através de contrato ou de
085 convênio, para o estabelecimento da cooperação técnica entre a UNISINOS e a SEMA, com
086 a interveniência do FIRH e do COMITESINOS. A estrutura básica para elaboração do plano
087 compreende três etapas: Etapa A – Sistematização e Consolidação da Informação Existente
088 (como MONALISA, DOURADO, Programa de Racionalização de Uso da Água na Lavoura
089 Arrozeira, Plano de Saneamento da Bacia); Etapa B – Formalização e Implementação do
090 Enquadramento - atendimento à Portaria FEPAM 095/06, com base na Resolução CONAMA
091 357/2005; Etapa C – Elaboração do Programa de Ações - Alcance dos objetivos de
092 qualidade do enquadramento. Alguns caminhos já foram identificados: aumento da oferta de
093 água; diminuição das demandas hídricas; redução no lançamento de cargas orgânicas;
094 zoneamento das regras para o licenciamento ambiental; definição de vazão ecológica com
095 base em critérios hidrológicos e biológicos; definição de diretrizes de outorga e cobrança;
096 diretrizes de manejo e disposição final dos resíduos sólidos; alagamentos e inundações;
097 áreas para preservação - margens dos cursos de água; banhados e nascentes. É, no entanto,
098 necessário definir imediatamente: Plano de Trabalho detalhado – cronograma físico-
099 financeiro; metodologia de execução do Plano de Trabalho – participação social; geração
100 de informações complementares; validação do processo. André Lanzer, da Prefeitura
101 Municipal de Esteio, pergunta se esta política de Plano de Bacia vem da política Francesa
102 de gestão das águas. Viviane informa que é com base no modelo francês, mas adaptado à
103 realidade local. Observando-se os Planos de Bacia de outros comitês gaúchos, é possível
104 dispensar alguns itens complementares, como por exemplo, o estudo sociológico da bacia.
105 Não há tempo para tal, nem necessidade, frente ao conhecimento que já temos produzido
106 acerca da bacia. Leonardo Bastos, representante do Lions Sapucaia do Sul Figueira,
107 pergunta se estará prevista a mobilização social e inclusive de outros comitês de bacia.,
108 tendo em vista a questão particular da transposição das águas do Cai para os Sinos. Viviane
109 explica que isto faz parte do Plano de Trabalho que está em elaboração e que será descrito
110 detalhadamente. A metodologia utilizada no MONALISA, que contemplou a divulgação
111 pública ou, como foi denominado na época de “lançamento oficial do projeto” nos
112 municípios, embora eficaz e eficiente, trouxe muito desgaste físico para seus coordenadores.
113 A estratégia proposta, ainda não consolidada, é a da produção de um vídeo que explique,
114 com poucas falas e com imagens ilustrativas e auto-explicativas o que é o Plano de Bacia,
115 sua importância e como se envolver. Este vídeo deverá ser distribuído nas escolas,
116 prefeituras, câmaras, para atingir o maior número de pessoas possível. O Vice-prefeito de
117 Taquara, Sr. Guido Prass Filho, coloca que o Plano deve considerar uma projeção de
118 aumento da demanda de água na bacia, administrar consumo, recuperar capacidade de
119 oferta, para conseguir atender a todos. Os arrozeiros, por exemplo, deveriam armazenar
120 águas nas cheias para ter o recurso nas estiagens. Assim, ainda contribuiriam para aumento
121 da água disponível durante o verão, quando esvaziam as lavouras. Viviane considera que
122 estes e outros aspectos deverão estar contemplados no Plano, e que ele deve ser entendido
123 como um grande acordo político local, resultado do atendimento das necessidades (oferta e
124 demanda) de todos os usuários. Alguns setores, organizados por Categorias no
125 COMITESINOS, já estão trabalhando com seus planos específicos e estes deverão
126 obrigatoriamente ser considerados no plano maior que é o Plano de Bacia. Observa que as
127 companhias de saneamento, SEMAE, COMUSA e CORSAN, trabalham com projeções e

128 dimensionam suas demandas nestas bases. André pergunta se há previsão de interferir na
129 reciclagem de água pela indústria ao que Viviane esclarece que o comitê poderá, com base
130 nos acordos políticos setoriais, estabelecer critérios de outorga que recomendem o reuso. A
131 existência do Plano de Bacia certamente condicionará progressivamente a utilização da
132 água a métodos mais racionalizados. Gustavo Leite, consultor independente, pergunta sobre
133 qual o período de execução do Plano de Trabalho. Viviane informa que, até o momento, a
134 maior parte dos planos de bacia é feita por empresas de consultoria que, porque recebem
135 apenas mediante a entrega de produtos – relatórios -, elas trabalham aceleradamente,
136 algumas vezes em descompasso com a dinâmica dos comitês. Não há uma cadencia entre a
137 elaboração do plano e o ritmo do respectivo comitê. O acordo com o Secretário é que o
138 plano da Bacia Sinos seja elaborado pela Unisinos em parceria com o COMITESINOS, no
139 prazo máximo de dois anos, já que se almeja produzir informações decorrentes da pesquisa
140 científica, como, por exemplo, a vazão referência, que contempla além dos aspectos
141 hidrológicos, os relacionados à vida aquática. Leonardo questiona como vamos tratar da
142 diminuição da demanda, sendo que existem 97 outorgas e 65 licenciamentos novos no
143 Departamento Estadual de Recursos Hídricos - DHR/RS. Como se dará esta relação, visto
144 que com estes novos empreendimentos a retirada de água aumentará em 40%? A Secretária
145 esclarece que os critérios de outorga são definidos pelo comitê de bacia e, dada tal condição,
146 caberá ao COMITESINOS definir como partilhar entre os diferentes usuários a oferta de
147 água, lembrando que o consumo humano e a dessedentação animal serão sempre
148 privilegiados. Edson Helfenstein, da CORSAN, diz que o Plano de Bacia precisa ser validado
149 pela sociedade através de audiências públicas. O Vale do Paranhana depende da
150 transposição de águas do Caí, temos aí um embate social e econômico que logo mais terá
151 que ser enfrentado. Lembra que o Comitesinos deu uma lição de diplomacia quando do
152 acordo entre os produtores de arroz e as companhias de abastecimento. Um acordo que deu
153 certo e que, pela seriedade, trouxe credibilidade para que o comitê conduzisse novas
154 negociações. Pe. Bohnen diz que estamos diante de decisões a serem tomadas. Retoma os
155 exemplos de Israel, da Espanha, países que não dispõem de grande quantidade de água e
156 que aprenderam a compartilhar. Viviane diz que o Plano de Bacia é um grande acordo
157 político, sustentado pelos interesses sociais e viabilizado pelos interesses econômicos e,
158 dadas as condições, não poderá resultar em perdas para a sociedade que vive e trabalha na
159 respectiva bacia. Julio Volpi, representante da METROPLAN, diz que o Plano de Bacia
160 deveria nortear os Planos Diretores Municipais que foram feitos em 2006. Logo, os planos
161 diretores terão de ser revisados a partir do Plano de Bacia. As interfaces entre planos
162 diretores e de bacia terão que ser continuamente discutidas. Nos planos diretores não havia
163 delimitação dos banhados, por exemplo, uma informação que o Plano de Bacia vai trazer.
164 Então o Plano Diretor diz que pode instalar empreendimentos naquela área e o Plano de
165 Bacia proíbe. Estes ajustes terão que ser feitos. Sr. Guido diz que muitos municípios previram
166 apenas áreas ‘alagadiças’. Como algumas áreas não alagam há algum tempo, são
167 consideradas úteis para empreendimentos. Viviane recordou que o COMITESINOS
168 encaminhou a todos os municípios que integram a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos
169 documento contendo recomendações para integrar os respectivos Planos Diretores. Entre as
170 recomendações, a da necessária proteção das áreas úmidas, caracterizadas não pela
171 frequência dos alagamentos, mas pelo ecossistema característico. Volpi reforça a
172 importância da delimitação física das áreas úmidas. André diz que o maior acordo que foi
173 feito para garantir a sobrevivência humana foi quando surgiu o conceito de
174 ‘desenvolvimento sustentável’. Cleusa Cunha, representante da CORSAN, observa que o
175 desenvolvimento sustentável deve assegurar muito mais do que a sobrevivência humana.
176 Darci Zanini, representante da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, registra que não são
177 apenas os Planos Diretores que devem ser integrados ao Plano de Bacia e vice-versa, mas
178 também os Planos de Saneamento dos municípios da Bacia Sinos. Além disso, o Plano de

179 *Bacia deve ser elaborado com rapidez. A Secretária Executiva esclarece que o Plano de*
180 *Bacia deverá oferecer algumas respostas imediatas, como os elementos necessários para a*
181 *formalização e efetivação do enquadramento legal das águas, segundo a Resolução do*
182 *CONAMA 357, que prevê a definição de metas intermediárias, inclusive para atender à*
183 *Portaria 095/06 da FEPAM. Há, no entanto, situações que exigirão estudos, pesquisa*
184 *científica capaz de oferecer sustentação técnica para deliberação do comitê, como a questão*
185 *da vazão de referência. Observa, ainda, que estes arranjos devem ser muito bem azeitados*
186 *para que contemplem as expectativas de todos os setores que atuam no âmbito da bacia*
187 *hidrográfica. Sobre o próximo ponto da pauta, Audiência Pública dos Sinos e Gravataí,*
188 *realizada em 09 de julho de 2007, na Unisinós, relata o processo de aproximação dos*
189 *deputados estaduais. Com a instalação da Comissão Especial para Recuperação das Bacias*
190 *Sinos e Gravataí, coordenada pelo Dep. Alceu Moreira, os deputados começaram a perceber*
191 *a importância da participação dos mesmos na gestão dos recursos hídricos. O caminho que*
191 *poderá resultar na representação da Assembléia Legislativa nos comitês está sendo*
192 *conduzido pelo Fórum Gaúcho de Comitês de Bacia Hidrográfica. Por último, é informado*
193 *que a Secretaria Executiva do comitê irá encaminhar aos representantes das suas entidades*
194 *membro cópia do relatório final da Comissão Especial, tão logo receba a versão em meio*
195 *digital. Para dar continuidade aos trabalhos, a Vice-Presidente do COMITESINOS Ione*
196 *Gutierrez, representante do SINPROCAN, relata sobre a assembléia de definição das*
197 *demandas da região do Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Sinos –*
198 *CONSINOS, a serem votadas através do processo de Consulta Popular 2007, do Governo do*
199 *Estado. O COMITESINOS, a partir de um acordo com a direção do CONSINOS, que*
200 *estabeleceu o Rio dos Sinos como tema único para as demandas na área ambiental, elegeu,*
201 *através de sua CPA, as seguintes prioridades: recuperação da mata ciliar; proteção das*
202 *áreas úmidas; execução do Plano de Bacia; pesquisa relacionada à biodiversidade atingida*
203 *pelo evento que culminou com a mortandade de peixes. A Assembléia do CONSINOS*
204 *aprovou que as quatro demandas sejam levadas à votação que ocorrerá em 22 de agosto de*
205 *2007, a ser divulgada pelo COMITESINOS junto às entidades-membro e comunidade da*
206 *Bacia. Sr. Guido diz que no COREDE Paranhana-Encosta da Serra, serão 6 possibilidades*
207 *de investimento que irão para votação. Destas, cada eleitor poderá eleger apenas 3.*
208 *Atendendo ao próximo tema de pauta, Viviane relata o andamento das atividades do Grupo*
209 *de Trabalho da Região Hidrográfica do Guaíba, criado no âmbito do Conselho de Recursos*
210 *Hídricos, para propor o processo de planejamento desta região hidrográfica, na qual a bacia*
211 *do Rio dos Sinos está inserida. Houve a subdivisão do GT, um deles para elaborar os termos*
212 *de referência para o Plano da Região Hidrográfica, e outro, para definir as diretrizes gerais*
213 *da Agência de Bacia da respectiva região. Ione questiona como está sendo vista esta*
214 *possibilidade de fazer a Agência de Bacia na METROPLAN. É informado que a condição da*
215 *METROPLAN não está sendo particularmente analisada, já que o GT está definindo os*
216 *condicionantes que a Agência deverá atender, como autonomia política, capacidade de*
217 *instituir um Conselho Deliberativo formado por representantes dos comitês de bacia,*
218 *mecanismos de não contingenciamento financeiro. Tais requisitos dificilmente poderão ser*
219 *atendidos pela METROPLAN, pelo fato de ela estar atrelada à uma Secretaria de Estado,*
220 *que já tem um conselho constituído e sofre, como as demais Secretarias de Estado, problemas*
221 *de fluxo de caixa. Prestados os esclarecimentos, a Secretária Executiva registra a*
222 *manifestação oficial feita pelo COMITESINOS ao Prefeito Municipal de São Leopoldo, sobre*
223 *a necessidade de assegurar recursos financeiros no FNMA, para as intervenções que*
224 *contribuam para a melhoria da qualidade e da quantidade das águas. Lembrou que o*
225 *Prefeito Vanazzi, em reunião plenária do COMITESINOS, se comprometeu a tratar deste*
226 *assunto com a direção do FNMA, e, diante de um aceno positivo, o comitê apresentou as*
227 *prioridades da bacia. Concluídas a apresentação e as discussões pertinentes à pauta, os*
228 *assuntos gerais são apontados, inicialmente sobre a questão dos licenciamentos dos sistemas*

229 de esgotamento sanitário pela FEPAM, que, segundo alguns, têm restrições ao Sistema
230 Misto, situação contestada por Maria Lúcia Coelho, representante da ABES/RS, que indica o
231 caso de Caxias do Sul como exemplo de Sistema Misto de coleta de efluentes domésticos,
232 licenciado pela FEPAM. Rosanne Heidrich, representante da Secretaria da Saúde, diz que a
233 Vigilância em Saúde pediu à FEPAM que revise esta postura frente à discussão existente à
234 cerca das possíveis implicações do Sistema Misto à saúde pública. Viviane informa uma
235 discussão técnica sobre esse tema está sendo organizada em formato de oficina temática a
236 ser realizada pelo COMITESINOS, com apoio da Secretaria da Saúde. O evento ainda não
237 está sendo divulgado, pois não está totalmente estruturado. Edson Helfenstein, da CORSAN,
238 diz que a FAMURGS está buscando regulamentar o sistema progressivo de tratamento de
239 esgoto. Ressalta que nos municípios do Litoral Norte, onde a CORSAN tem concessão para
240 tratamento de esgoto, a cobertura é de quase 70% e somente com o sistema de separador
241 absoluto. Roberto Manssur, representante do SEMAE, diz que a intenção das Companhias de
242 Saneamento não é conduzir tudo por sistema misto, mas aproveitar a rede mista existente e,
243 progressivamente, adotar o Sistema com Separador Absoluto. O tema tem feito parte das
244 discussões e das reivindicações das companhias de saneamento, que acusam a possibilidade
245 de perda de recursos financeiros pela demora dos licenciamentos. As considerações são
246 encerradas e, tendo sido cumprida a pauta estabelecida para a reunião em curso o
247 Presidente dá por encerrados os trabalhos. E, não havendo nada mais a constar, lavrei a
248 presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim.

249
250

Aloysio Bohnen
Presidente

Viviane Nabinger
Secretária Executiva